

Educação fica com maioria das emendas ao Orçamento

Área que ainda inclui cultura, ciência e tecnologia e esporte recebeu quase um quarto de todas as propostas dos senadores e deputados para mudar a Lei Orçamentária Anual de 2011



Renato Araujo/ABr

Alunos estudam em biblioteca pública: área de educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte recebeu emendas que somam R\$ 13,8 bilhões. Em segundo lugar, veio o segmento de justiça e defesa

Uma em cada quatro emendas apresentadas ao Orçamento da União de 2011 foi destinada à área de educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte, em um total de R\$ 13,8 bilhões.

Senadores e deputados sugeriram 10.040 alterações na proposta que fixa as receitas e estima as despesas da União para 2011 (PLN 59/10), das quais 2.326 emendas para essa área. O setor de justiça e defesa fica em um

distante segundo lugar no total de emendas (527), mas com alto volume de recursos (R\$ 9,6 bilhões). Infraestrutura mereceu 104 emendas e um total de R\$ 9,1 bilhões, em terceiro lugar. **3**

Sessão especial, hoje, lembra os 30 anos da morte de Petrônio Portella **2**

Comissões debatem TV por assinatura na quarta

Audiência pública sobre o projeto que permite às telefônicas participarem do setor será realizada na quarta-feira na CCJ, em conjunto com outras quatro comissões. **4**

Posse de Dilma Rousseff pode ter rota alternativa

A comissão organizadora da solenidade de posse presidencial acertou um roteiro alternativo para o caso de chover em Brasília na tarde do dia 1º de janeiro. **2**



J. Freitas/Senado Federal

Secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra (E), com representantes da Câmara, do governo e da equipe de transição

Sessão especial requerida por João Vicente Claudino homenageia piauiense que presidiu duas vezes o Senado e buscou promover a abertura política do regime militar

Senado lembra 30 anos da morte de Petrônio Portella

HOJE, ÀS 11H, sessão especial reverencia a memória do senador Petrônio Portella, falecido há 30 anos. O evento foi solicitado por João Vicente Claudino (PTB-PI).

Conhecido por sua atuação na distensão política empreendida durante os governos militares de Ernesto Geisel e João Figueiredo, Portella foi senador de 1967 a 1974 e de 1976 a 1980. Ocupou a presidência do Senado por duas vezes – de 1971 a 1973 e de 1977 a 1979 –, além da presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Nasceu em Valença do Piauí (PI), em 12 de setembro de 1925, formou-se em Direito e também foi deputado estadual



Reprodução

Quando ministro da Justiça, Portella defendeu a decretação da Lei de Anistia

(1954-1958), prefeito de Teresina (1958-1962) e governador do Piauí (1962-1966).

Segundo João Vicente Claudino, uma das iniciativas conduzidas pelo homenageado, a "Missão Portella", foi o primeiro passo para promover a abertura política do regime militar.

Pluripartidarismo

Ao ser nomeado ministro da Justiça em 1979, no governo Figueiredo, Portella trabalhou pela restauração do pluripartidarismo e pela decretação da Lei de Anistia. Devido a sua capacidade de articulação, chegou a ser apontado como um dos candidatos à sucessão presidencial pelo então PDS, mas morreu em decorrência de ataque cardíaco no dia 6 de janeiro de 1980, em Brasília.

Solidariedade aos palestinos no Plenário

Celebrado em 29 de novembro, o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino será lembrado amanhã, às 14h, pelo Plenário, a pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP).

A data foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1977, relacionada com o mesmo dia, em 1947, em que a Assembleia-Geral da ONU aprovou a resolução sobre a partilha da Palestina,

que previa a criação de dois Estados na região – um judeu e outro palestino.

Israel foi fundado em 14 de maio de 1948, na esteira do extermínio de judeus pelo regime nazista durante a 2ª Guerra Mundial, mas, 62 anos depois, Suplicy lamenta que, "a solução de dois Estados convivendo pacífica e harmoniosamente esteja longe de ser alcançada".

Segundo o senador, 4 milhões de palestinos vivem hoje em países árabes – como Jordânia, Síria e Egito – e outros 3,5 milhões nos territórios da Autoridade Nacional Palestina (Faixa de Gaza e Cisjordânia), que detém o controle sobre assuntos civis e de segurança nessas regiões. Suplicy lembra que os palestinos ocupam apenas 21% da área original destinada a eles.

Cerimônia de posse de Dilma terá trajeto alternativo

A incerteza quanto ao clima em janeiro levou a comissão organizadora da posse presidencial a pensar em alternativas para a cerimônia que se iniciará às 14h30 do dia 1º. Em caso de chuva, Dilma Rousseff entrará no Palácio do Congresso pela Chapelaria, que é coberta. Se a chuva for fraca, caberá à presidente eleita optar por entrar, após o trajeto no Rolls Royce presidencial pela Esplanada dos Ministérios, pelo Salão Negro do Congresso ou pela Chapelaria.

A comissão, formada por representantes do Senado, Câmara, Itamaraty, gabinete de transição do governo e Comando Militar do Planalto, reuniu-se na sexta-feira no Senado para tratar da solenidade, prevista



Comissão organizadora da posse presidencial reuniu-se na sexta-feira

para durar de uma hora e meia a duas horas. Será a sexta posse presidencial desde o fim do regime militar.

– É um evento que mobiliza diversos setores. A reunião serviu para ouvir o que cada um tem a dizer. É importante que todos estejam afinados – disse Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa e coordenadora no Congresso

da cerimônia. A fim de evitar imprevistos, a comissão está programando um ensaio para sete ou dez dias antes do evento.

– O ideal é que o ensaio seja realizado em um final de semana para que encontremos condições próximas àquelas do dia do evento – comentou Juliana Guaracy Rebelo, diretora de Relações Públicas do Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Fórum Polícias legislativas

9h30 O Senado realiza, de hoje até o dia 1º de dezembro, o 1º Fórum Nacional de Polícia Legislativa – "Garantindo a Independência do Poder Legislativo", no Auditório Antonio Carlos Magalhães. Serão discutidos temas como a construção de carreira policial específica, treinamento, missão e atribuições.

Plenário Memória de Petrônio Portella

11h Sessão especial para reverenciar a memória do ex-senador Petrônio Portella pelo 30º aniversário de seu falecimento.

Presidência Sessão especial

11h O senador José Sarney preside sessão especial que homenageia o ex-senador Petrônio Portella.

Terça-feira

Plenário Solidariedade ao povo palestino

14h Os senadores comemoram o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.

CE Esporte contra a violência e a droga

9h30 Votação das cinco emendas ao projeto que altera o Plano Plurianual 2008-2011. Logo após, a Comissão de Educação analisa projeto que cria incentivo à prática desportiva para prevenção da violência e do uso de drogas.

CRA A Anvisa e os agrotóxicos

9h30 Audiência pública sobre os mecanismos de regulação e controle de agrotóxicos com o diretor da Anvisa José Agenor Álvares da Silva, e o professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Geraldo Papa.

CAE Isenção para pessoa com diabetes melito

10h Está na pauta projeto que isenta de Imposto de Renda aposentados com diabetes melito. Outra proposta concede incentivos fiscais para empresas que contatarem pessoas de 50 anos ou mais.

CMO Comitê investiga obras e serviços

10h O Comitê de Avaliação sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves ouve representantes do TCU, da Secretaria Especial de Portos, da Infraero e dos ministérios das Cidades e da Integração Nacional.

CMA Legislação sobre defesa do consumidor

11h30 Analisa projeto sobre divulgação da lei de defesa do consumidor. Às 12h, subcomissão sobre a usina de Belo Monte ouve o ministro de Minas e Energia, o presidente do Ibama e o diretor do consórcio Norte Energia.

Quarta-feira

Cbratur Congresso debate atividade turística

8h30 O Senado e a Câmara dos Deputados promovem o 12º Congresso Brasileiro da Atividade Turística – Cbratur/2010, no Auditório Nereu Ramos. Serão discutidos as necessidades estruturais e os impactos econômicos dos diversos segmentos do turismo brasileiro.

CCJ Audiência discute TVs por assinatura

10h As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Meio Ambiente; Educação e Cultura; e Ciência e Tecnologia realizam audiência pública conjunta para debater projeto que regulamenta o serviço de TVs por assinatura.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Mão Santa • Gilberto Goellner

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Senador Gim Argello (D), relator-geral do Orçamento, em reunião na comissão com o senador Inácio Arruda (E) e o deputado Edmilson Valentim, senadores Adelmir Santana e Flexa Ribeiro e deputado Bruno Araújo

Educação, cultura e esporte receberam 2.326 emendas

Reunidos em uma das dez áreas temáticas em que o Orçamento está sendo analisado, esses setores concentram emendas parlamentares que somam R\$ 13,8 bilhões

A ÁREA QUE engloba educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte, um dos dez grandes setores do Orçamento, é a maior beneficiária das 10.040 emendas apresentadas por senadores e deputados à proposta que fixa as receitas e estima as despesas da União para 2011 (PLN 59/10). Projetos nela contemplados receberam 2.326 emendas, que totalizam R\$ 13,8 bilhões.

A segunda área em volume financeiro é a de justiça e defesa, com 527 emendas, totalizando R\$ 9,6 bilhões. As 104 emendas para infraestrutura têm valor global de R\$ 9,1 bilhões, o que faz dela a terceira área com maior volume financeiro.

A área de saúde, a segunda em quantidade de emendas (1.920), é a quarta em volume financeiro, com R\$ 8,8 bilhões. A quinta área em termos de recursos é a de planejamento e desenvolvimento urbano, com 1.299 emendas e R\$ 8,1 bilhões.

A área de fazenda, desen-

volvimento e turismo recebeu 1.373 emendas, que totalizam R\$ 7,4 bilhões. As 512 emendas para integração nacional e meio ambiente somam R\$ 6,2 bilhões. O setor de agricultura e desenvolvimento agrário recebeu 769 emendas, com R\$ 4,1 bilhões.

Estados

Os estados contemplados com o maior volume financeiro de emendas ao Orçamento foram Minas Gerais (R\$ 2,7 bilhões), Espírito Santo (R\$ 2,6 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 2 bilhões) e Goiás (R\$ 1,8 bilhão). As cidades de São Paulo (R\$ 753,3 milhões) e Boa Vista (R\$ 727,6 milhões) são beneficiárias de mais emendas do que alguns estados, como Santa Catarina (R\$ 725,6 milhões) e Piauí (R\$ 628,2 milhões).

Em termos de volume financeiro, as comissões campeãs em emendas são as de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, com R\$ 5 bilhões, e a de Seguridade Social e Família

da Câmara dos Deputados, com R\$ 2,8 bilhões.

As comissões que apresentaram emendas de mais baixo valor foram a de Defesa do Consumidor, com R\$ 51 milhões, e a de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com R\$ 99,6 milhões, ambas da Câmara dos Deputados.

Os programas do governo federal que receberam o maior número de emendas são voltados à assistência ambulatorial e hospitalar especializada (1.286 emendas e R\$ 7 bilhões), turismo social (1.314 emendas e R\$ 6,1 bilhões), política de desenvolvimento urbano (1.181 emendas e R\$ 4,9 bilhões) e política de defesa nacional (uma emenda e R\$ 4 bilhões).

As emendas, que totalizam R\$ 72,1 bilhões, serão agora analisadas pelos relatores setoriais, que decidirão quais delas deverão ser realmente contempladas, conforme a disponibilidade financeira do Orçamento.

Emendas totalizam R\$ 72,1 bilhões

As emendas ao projeto de Orçamento da União para 2011 totalizam **R\$ 72,1 bilhões**. Das **10.040** apresentadas, **9.731** preveem acréscimo de despesas, **uma** cancela gastos, **71** remanejam recursos e **236** fazem **correções no texto** do projeto (PLN 59/10). O quadro abaixo reúne informações sobre a distribuição das emendas por modalidade de autor.

MODALIDADE DE AUTOR	EMENDAS	VALOR SOLICITADO (R\$)
Bancada estadual	480	37.180.767.553
Comissão da Câmara dos Deputados	86	14.146.098.741
Comissão do Senado	44	13.082.200.000
Deputado federal	8.012	6.667.111.000
Senador	1.181	1.039.650.000
Total	9.803	72.115.827.294

Fonte: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal

Para relator, Congresso deve votar Orçamento no dia 22

Os relatores setoriais do Orçamento já começaram a trabalhar no exame das emendas dos parlamentares e deverão apresentar suas conclusões até sexta-feira.

A expectativa do relator-geral do Orçamento, senador Gim Argello (PTB-DF), é que os relatórios setoriais sejam votados em 7 e 8 de dezembro na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Com esses relatórios aprovados, Gim Argello deve elaborar o relatório-geral do Orçamen-

to, também para votação na CMO. A etapa seguinte é a votação no Plenário do Congresso Nacional, que o senador prevê para 22 de dezembro.

Amanhã, Gim Argello deve se reunir com o presidente da CMO, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), e com o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), relator de receitas do Orçamento. O objetivo do encontro é discutir a reestimativa de receitas, fundamental para fechar os números do para 2011.

Quintanilha elogia acordo sobre porto fluvial no Tocantins

A assinatura de protocolo de intenções, no primeiro semestre deste ano, entre o governo do Tocantins, a prefeitura de Praia Norte (TO) e a empresa Autológica Eurolatina Serviços Ltda. para a construção do porto fluvial do município foi elogiada por Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

A iniciativa, disse o senador, deverá contribuir para integrar modais de transporte, reduzir custos e aumentar a competitividade dos produtos da Zona Franca de Manaus. Assim que forem concluídas as eclusas do rio Tucuruí, será possível iniciar a execução da obra de construção do porto, informou.

Quintanilha disse ver como imprescindível o apoio da União para "tirar o projeto do papel". No caso dos portos, ele observou que o aumento significativo das exportações brasileiras e, principalmente, das importações vem



Quintanilha: iniciativa deve contribuir para integrar modais de transporte, reduzindo custos

causando sérias dificuldades operacionais em razão da limitada capacidade física instalada. O senador destacou os esforços do governo de seu estado para tornar realidade esse projeto, ao buscar parcerias junto à iniciativa privada e ao conceder incentivos para atração de investimentos.

Gilberto Goellner (DEM-MT) ressaltou, em aparte, a necessidade de estudos para a implantação de portos no país e lamentou a "escassez de recursos" para isso.

Gurgacz diz que Rondônia pode levar R\$ 500 mi

As emendas ao Orçamento de 2011 para o desenvolvimento de Rondônia foram tema do discurso do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) na sexta-feira. O parlamentar explicou que seu estado, embora seja jovem e tenha apenas 1,5 milhão de habitantes, já enfrenta grandes problemas de infraestrutura em áreas estratégicas, como saúde, transportes, saneamento básico e educação.

Gurgacz disse que procura ouvir reivindicações da população e avaliar cada pedido, encaminhando-os por meio de emendas ao Orçamento.

— No Orçamento passado, aloquei cerca de R\$ 130 milhões em emendas para Rondônia. O valor deste ano, que ainda aguarda a aprovação das comissões setoriais, é de mais de R\$ 500 milhões, em emendas individuais, de bancada e de comissões — informou o senador, frisando



Senador alega que Rondônia, apesar de ser um estado jovem, já enfrenta muitos problemas

do que parte dessas propostas resulta do trabalho de todos os deputados e senadores pelo estado.

Entre as emendas preparadas para Rondônia, o senador Acir Gurgacz citou as que destinam recursos para construir um centro olímpico, implantar um batalhão de infantaria no município de Ji-Paraná, estruturar a rede de serviços de atenção básica à saúde, construir o edifício-sede da procuradoria do Trabalho e regularizar assentamentos informais.

CCJ debate serviço de TV por assinatura

O projeto que regulamenta o serviço de TV por assinatura, estendendo a possibilidade de produção e distribuição de conteúdo eletrônico às empresas de telefonia fixa e móvel, será debatido quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A audiência será conjunta com as comissões de Ciência e Tecnologia (CCT); Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA); Assuntos Econômicos (CAE); e Educação (CE).

Foram convidados o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Jorge, e representantes da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC) e do Sindicato Nacional das Empresas de Televisão (Sinditelebrasil).

O projeto (PLC 116/10) do deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC) tem o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) como relator. Prevê que o credenciamento e a fiscalização de produtoras nacionais fiquem sob responsabilidade da Agência Nacional de Cinema (Ancine), e a parte técnica, a cargo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Começa Semana de Orientação Financeira

A Secretaria de Recursos Humanos do Senado realiza de hoje a sexta-feira a 1ª Semana de Orientação Financeira, que visa auxiliar os servidores ativos, aposentados e comissionados da Casa, assim como seus familiares, a identificarem as dificuldades encontradas para gerenciamento de suas finanças.

A Semana Financeira reúne especialistas para prestar informações e atendimento individualizado. No primeiro dia de inscrição, praticamente todas as palestras estavam esgotadas.

As 15 vagas oferecidas pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Defesa da Relação de Consumo (Ibedec) já foram preenchidas.

Além do Ibedec, é parceira da iniciativa a Câmara dos Deputados, por meio do Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser).

O evento será realizado no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Hoje, às 15h, será lançado o programa de orientação financeira com a palestra "Crédito, superendividamento e custo da ansiedade", com o economista Humberto Veiga, consultor da Câmara e autor do livro *Tranquilidade financeira – saiba como investir no futuro*.

Como forma de combater a violência, senador sugere que presidente eleita se encontre com o governador Sérgio Cabral e com os comandantes das Forças Armadas

Simon pede ação conjunta para vencer o crime no Rio

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) apelou, na sexta-feira, à presidente eleita, Dilma Rousseff, para que vá ao Rio de Janeiro e se reúna com os comandantes das Forças Armadas e com o governador Sérgio Cabral, para que juntos encontrem uma forma de acabar com a violência no estado.

O senador também pediu a Cabral que mantenha a polícia nas favelas, para impedir que os criminosos retornem a elas. Como forma de conter a onda de ataques violentos na cidade, Simon sugeriu que os governadores dos demais estados enviem policiais para colaborar com o Rio.

– O Brasil tem de ajudar e talvez transformemos essa hora trágica no início da pacificação do país – disse o senador.

Pedro Simon elogiou as ações de urbanização e humanização das favelas, realizadas pelo prefeito Eduardo Paes em parceria



Simon exhibe capa de *O Globo* na tribuna: oportunidade única para buscar a pacificação

com o estado e o governo federal. Essas iniciativas, observou, estão reduzindo a violência nas comunidades e fazendo com que a população volte a confiar na polícia, não ficando mais refém dos criminosos.

Realizações materiais e atenção à segurança, avaliou o senador, estão alterando a

"fisionomia" das favelas e as transformando numa verdadeira cidade. Simon destacou ações como a criação de escolas em tempo integral, centros de atendimento médico e de prática de esporte e de lazer, construção e reconstrução de casas, e instalação de rede de água e esgoto.

Paim sugere ajuda de voluntários para o Inca



Paulo Paim

O Dia Nacional de Combate ao Câncer, celebrado a 27 de novembro, foi lembrado pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

– Nesse dia são desenvolvidos projetos educativos, de conscientização da população acerca da doença e dos seus riscos. Um símbolo dessa luta são laços vermelhos afixados

nas roupas – afirmou.

O senador destacou que o câncer é a segunda causa de morte por doença no Brasil e ressaltou o trabalho do Instituto Nacional de Câncer (Inca), vinculado ao Ministério da Saúde, no desenvolvimento e na coordenação de ações integradas para a prevenção e o controle do mal.

– Todo cidadão e cidadã pode ser um voluntário do Inca. Sua missão é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e seus acompanhantes e hoje tem mais de 700 voluntários.

"Saúde brasileira vai mal", diz Mozarildo Cavalcanti



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acusou as autoridades de descaso com a saúde brasileira, citando reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de Boa Vista* e um estudo da consultoria legislativa do Senado.

De acordo com o petebista, só os que podem pagar por um plano de saúde conseguem atendimento adequado.

– A grande maioria da população é composta de pessoas que não podem pagar uma consulta, nem sequer pelo remédio – declarou.

Mozarildo lembra que o problema se agrava no interior, já que 40% dos profissionais de saúde atuam nas capitais dos estados.

– O profissional é mal remunerado, não há uma política que priorize o profissional para ir trabalhar num hospital do interior, onde não existem os equipamentos nem sequer para ele trabalhar – alertou.

Goellner vai propor política de bens e serviços ambientais

Gilberto Goellner (DEM-MT) anunciou na sexta-feira, da tribuna, que vai apresentar nesta semana projeto de lei de criação de política nacional de bens e serviços ambientais. A ideia do senador é estabelecer uma regulamentação para a oferta desse tipo de bens e serviços, de forma a assegurar uma remuneração justa para quem explorar de forma sustentável os recursos naturais.

– Para que possa ocorrer a devida retribuição pelos serviços ambientais, faz-se necessária a sua regulamentação efetiva, mediante critérios de levantamento dos serviços

prestados e dos respectivos bens produzidos. É necessária a avaliação e definição de formas de remuneração que sejam ambientalmente corretas, socialmente inclusivas e economicamente viáveis – ressaltou.

Segundo Goellner, a estruturação dessa política passa pela oferta de incentivos para reabilitação da vegetação nativa degradada; pela produção de madeira como fonte alternativa de renda na pequena propriedade; pela geração de empregos na propriedade e no meio rural; e pela conservação do meio ambiente.



Goellner defende remuneração justa a quem oferece serviços sustentáveis

O senador observou que os biomas nacionais – como Amazônia, Caatinga, Campos Sulinos, Cerrado, Cocais, Mata Atlântica, Floresta de Araucária, Pantanal e zonas costeiras e marinhas – devem ser utilizados para referenciar esse planejamento.



Para senador, novos representantes não precisam ser parlamentares

Mão Santa defende renovação do Parlasul neste ano

Mão Santa (PSC-PI) reiterou a necessidade de renovação, ainda em dezembro, dos integrantes brasileiros do Parlamento do Mercosul (Parlasul), cujos mandatos se encerram no próximo mês.

Ele sugere, por meio de projeto de resolução do Congresso Nacional entregue este mês ao presidente do Senado, José Sarney, a manutenção da sistemática de indicação indireta para o período de 2011 a 2012. A designação dos 37 membros deverá ser feita pelo presidente do Congresso, a partir de indicação dos líderes partidários, devendo ser obedecida a proporcionalidade das bancadas.

Mão Santa também defendeu que os membros do Parlasul não sejam deputados e nem senadores, mas pessoas sem mandato, a exemplo do que ocorre no Parlamento Europeu. A partir de 2012, os parlamentares brasileiros a integrar o Parlasul deverão ser eleitos pela população.



Senador pede ao governador eleito medidas em defesa do menor

Malta quer maior combate a delitos contra criança no ES

Magno Malta (PR-ES) pediu ao governador eleito do Espírito Santo, o senador Renato Casagrande (PSB-ES), que realize alianças com as prefeituras para a criação de promotorias especializadas em crimes contra a criança. Ele sugeriu a instalação de uma delegacia de defesa dos direitos da criança em cada município.

Ao falar sobre os trabalhos da CPI da Pedofilia, que preside, sugeriu que sejam vetados recursos federais aos municípios que não tiverem local para atender às crianças. E defendeu a criação de delegacias especializadas em cuidar dos casos de pedofilia.

Malta também pediu a Casagrande providências para evitar que ocorram no Espírito Santo ações de criminosos semelhantes às que têm acontecido no Rio de Janeiro.

O senador informou ainda que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 27/10) para revogar a inelegibilidade dos analfabetos.